

20/07/96
CRIANÇA Secretário nega acusação do MP de que estaria retendo verba de projeto pró-menor

Prefeitura critica Ministério Público

João Quaresma/Folha Imagem

da Reportagem Local

O secretário municipal da Criança, Família e Bem-Estar Social, Adail Vettorazzo, disse ontem que a Prefeitura de São Paulo está cumprindo o acordo feito com o Ministério Público para implantação do programa para crianças de rua.

"Estamos repassando a verba, e tudo está sendo feito."

No último dia 11, o MP entrou na Justiça exigindo que a prefeitura leve adiante o projeto, que estaria parado. "A prefeitura tem cerca de R\$ 7 milhões para usar apenas com o projeto, e esse dinheiro está parado", disse ontem Marta Toledo Machado, coordenadora do Centro de Apoio de Infância e Juventude do MP.

O secretário nega que o dinheiro não esteja sendo usado. Segundo ele, a prefeitura "está repassando o dinheiro para o Casa". O Casa é uma organização não-governamental responsável pela implementação do programa.

Segundo o MP, a responsabilidade pela implantação e fiscalização do projeto é da prefeitura. O secretário afirma que essa responsabilidade é do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Projeto extenso

O projeto prevê dezenas de práticas para tentar recuperar menores infratores e retirar crianças das ruas. Entre essas atitudes está prevista a locação de 20 casas-abrigo onde seriam feitos os programas de recuperação de crianças.

Também estão previstas compra



O secretário municipal da Criança, Família e Bem-Estar Social, Adail Vettorazzo, que disse cumprir acordo

de equipamentos e contratação de funcionários.

"Está tudo em andamento. Já foram comprados equipamentos. As casas foram alugadas e agora vão começar a funcionar, mas o que todo mundo tem que perceber é que esse é um projeto complexo e, por isso, demora para ser colocado em prática", disse Vettorazzo.

Segundo o MP, está tudo parado. Pela ação, a prefeitura tem, contados desde o último dia 11, 60 dias para colocar o programa em ação.

Se ficar provado que o plano não foi colocado em prática, a prefeitura terá que pagar uma multa de cerca R\$ 6.500 por dia, e o prefeito Paulo Maluf poderá ser responsabilizado criminalmente pelo des-

cumprimento do acordo.

No final do ano passado, o MP entrou com uma ação civil pública contra a prefeitura na Justiça. Na época, foi feito um acordo, e Maluf se comprometeu em começar a execução do projeto e apresentar relatórios bimestrais do que estava sendo feito.

(LUCIA MARTINS)

